



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

# CLIPPING

7, 8 e 9  
de janeiro de 2017



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	09 / 01 / 2017	Página	04
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

4

Editor: Mivan Gedeon  
Email: gedeon3.3@gmail.com

POLÍTICA

O IMPARCIAL

www.oimparcial.com.br

# Prioridade: controlar os gastos públicos

O conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado, que assumiu o comando do Tribunal de Contas do Estado para o biênio 2017/2018, conta qual deverá ser a marca de sua gestão

Escolto para o comando da Corte de contas maranhense para o biênio 2017/2018, o conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado é professor do curso de Direito da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e um respeitado especialista em Direito Financeiro. Ingressou no Tribunal de Contas no primeiro concurso público realizado pela instituição, em 1998. De lá para cá, construiu uma sólida reputação que ultrapassa as fronteiras do estado. É com essas credenciais que o conselheiro Caldas Furtado, como é conhecido, assume a presidência do TCE. Conheça abaixo o pensamento do novo presidente da Corte de contas maranhense sobre questões fundamentais para o controle externo brasileiro na atualidade.



## ENTREVISTA// JOSÉ DE RIBAMAR CALDAS FURTADO

**1** Qual deverá ser a marca de sua gestão à frente do TCE maranhense?  
O investimento dos esforços da instituição de forma muito enérgica no controle preventivo, sem abrir mão em nenhum momento do controle repressivo. Na realidade, essas duas modalidades de controle não devem ser vistas como concorrentes, mas sim como complementares. Só conseguiremos promover um bom controle preventivo se construímos uma retaguarda repressiva eficiente. É essa convicção que vai nortear todos os projetos que iremos desenvolver ao longo desses dois anos. Cabe destacar que a prioridade conferida ao aspecto preventivo é hoje uma preocupação de todos os Tribunais de Contas do país dentro de seu processo de aperfeiçoamento.

**2** Em termos práticos, como a questão será encaminhada no âmbito do TCE?  
As ações de controle preventivo podem ser divididas em três áreas. Em primeiro lugar, as ações do campo educativo, utilizando-se as Escolas de Contas, estimulando-se o efetivo funcionamento do controle interno do estado e dos municípios, bem como as informações captadas pelas Ouvidorias. Em seguida, as ações que estimulam e exigem transparência nas administrações: é inegável a força preventiva da transparência, aliás, como bem disse o juiz da Suprema Corte Americana, "A luz do sol é o melhor dos desinfetantes". Cabe lembrar ainda que a transparência oferece as ferramentas para o exercício do controle social, preconizado pela Constituição Federal. E ainda o controle concomitante, mediante gestão de informações estratégicas e, quando for o caso, edição de medidas cautelares. Ser proativo e atuar com agilidade e efetividade é o nosso maior desafio!

**3** As auditorias operacionais vão além de saber se os recursos públicos foram aplicados legalmente, se preocupando com a qualidade dos serviços e políticas públicas. O TCE maranhense está bem avaliado nessa área, já tendo realizado várias auditorias. O que fazer para dar mais efetividade aos resultados desse trabalho?  
Precisamos divulgar amplamente esses relatórios, permitindo que a sociedade se aproprie dessas informações para avaliar seus gestores e exercer o controle social, hoje considerado fundamental pelos Tribunais. Com a participação da sociedade, podemos ter muito mais sucesso em nosso trabalho, porque é ela que está na ponta final, no local onde os recursos são aplicados, bem ou mal, pelos responsáveis. Hoje, para o contribuinte, já não basta que os recursos sejam aplicados corretamente do ponto de vista contábil. Interessa a ele os resultados desses investimentos e os quanto eles podem contribuir para a resolução de problemas enfrentados cotidianamente. Investir em Auditorias de resultados é construir, por parte dos Tribunais de Contas, legitimidade diante da sociedade, uma garantia de sobrevivência como órgão de controle.

**4** Falando em controle social, como a Ouvidoria pode contribuir para uma aproximação maior entre a Corte de Contas e a sociedade?  
Nossa Ouvidoria foi implementada há apenas dois anos, e a experiência tem sido exitosa levando em conta os relatórios apresentados. Em nossa gestão, ela contará com todo o apoio para desenvolver suas atividades, ajudando a instituição a melhorar seu desempenho e dar as respostas que a sociedade tanto espera e cobra. Cobrança a mais legítima, diga-se de passagem, porque não podemos esquecer que é ela, a sociedade, quem financia o nosso funcionamento. No atual cenário, onde a transparência é uma exigência inadiável da sociedade, as ouvidorias exercem um trabalho fundamental no processo de aprimoramento das instituições e o TCE está em harmonia com essa tendência.

**5** Que ações serão desenvolvidas em sua gestão para reforçar o aspecto pedagógico da atuação do TCE maranhense?  
Nosso último Plano Estratégico dimensionou muito bem esse aspecto, que está expresso na própria missão de nossa Corte de Contas: "Exercer o controle externo e orientar a gestão pública em benefício da sociedade". Precisamos orientar não só os gestores mas até mesmo a sociedade, fortalecendo seus mecanismos de controle e a atuação daquele cidadão que se interessa em fiscalizar o que é feito com o dinheiro público, numa atuação que é complementar à do Tribunal. Para tanto trabalharemos em várias frentes. Uma primeira voltada para ampliar o nível de transparência das informações que são disponibilizadas aos cidadãos, com uma linguagem acessível. Uma segunda por meio do processo de auditorias operacionais que, em última instância, resultam em orientações aos jurisdicionados. É uma terceira por meio da atuação da Escola Superior de Controle Externo, vinculada ao Tribunal, na formação de ações educacionais voltadas para gestores públicos e para o controle social.

**6** Como mobilizar a instituição em torno do alcance desses objetivos?  
A palavra-chave para nós nesse primeiro momento é motivação. Pretendemos envolver a instituição como um todo nesse processo por meio de um plano de ação chamado "TCE em Ação". Esse plano engloba um conjunto de projetos nas áreas mais variadas. Estamos adotando uma metodologia que privilegia a participação do corpo funcional, tanto no levantamento dos pontos a serem trabalhados quanto na formação das equipes de desenvolvimento. Cada servidor chamado a sugerir um projeto assume o papel de líder e a função de formar e coordenar sua equipe. Cabe destacar aqui a profunda identificação existente entre os projetos que vem sendo elencados e os pontos contemplados tanto no Planejamento Estratégico da instituição quanto no programa Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas (QAIC), que tem como um de seus principais objetivos a aplicação, nos Tribunais de Contas de todo o país, do Marco de Medição de Desempenho, garantindo um diagnóstico da qualidade e agilidade do controle externo brasileiro.

**7** Em que consiste o programa Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas? Qual a sua importância para aproximar as cortes de contas das demandas sociais?  
Esse instrumento de avaliação foi desenvolvido durante o segundo semestre de 2014 e tomou como referência dois documentos fundamentais: as Resoluções da Associação dos Tribunais de Contas - Atricon, na qual foram estabelecidas as diretrizes para o aprimoramento dos Tribunais de Contas, publicadas em julho de 2014, e o marco de medição desenvolvido pela Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores - Intosai denominado SAI - PME, com quem procurou convergir metodologicamente. No atual estágio de aperfeiçoamento do TCE maranhense, o MMD-QAIC funcionará como um grande norte, oferecendo os mais elevados parâmetros de atuação em ações que se revelem efetivas no ambiente do controle externo e estimulando o compartilhamento de boas práticas.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia <input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Estado Maior</i>
DATA <i>09</i> / 01 / 2017	Página <i>03</i>	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

### Nos corredores

A diretoria do Socorrão I aproveitou o fim de semana para retirar pacientes que estavam em leitos alugados na Santa Casa.

São 50 leitos, alugados antes da campanha eleitoral, que seriam usados pelos chamados pacientes da cirurgia vascular, evitando o tumulto nos corredores do Socorrão.

Terminada a campanha, a Secretaria Municipal de Saúde deixou de pagar e agora os pacientes estão sendo levados de volta.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Estado Maior</i>	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	<i>09/01/2017</i>	Página	<i>03</i>
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

## Mais alugueis

Há pelo menos dois outros alugueis suspeitos no governo Flávio Dino já denunciados publicamente.

Segundo a deputada Andrea Murad (PMDB), Flávio Dino paga R\$ 20 mil por casa onde funciona uma unidade dos Bombeiros, mesmo tendo imóveis três vezes mais baratos na mesma região.

Ela também denunciou que o prédio onde funciona a Secretaria de Turismo pertence ao dono de uma das agências de publicidade que têm a conta do atual governo.

## E MAIS

- O prefeito de Carutapera, André Dourado, não segurou a pressão e decidiu demitir a mulher da chefia de gabinete 24 horas depois de nomeá-la.
- A direção do Socorrão decidiu também, unilateralmente, reduzir de R\$ 100,00 para R\$ 80,00 o valor da diária de auxiliares nos plantões de 24 horas.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	09/01/2017	Página	01
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

## SEGURANÇA .....

### Planejamento ajuda a diminuir índices criminais

O planejamento do Governo do Estado para a área da Segurança Pública encerra dois anos da gestão com resultados positivos, diminuição nos índices de violência e metas alcançadas. O incremento do efetivo, investimento em estrutura, aquisição de equipamentos e valorização do policial contribuíram para os avanços. Um dos dados mais significativos refere à queda nos homicídios. Comparando 2014 com 2016, o número de mortes diminuiu 24%. Considerando demais situações de mortes – lesão corporal e latrocínios – os registros caíram 25% no comparativo dos períodos.

Esse grupo de ocorrências integram os Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs) e são parâmetro da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) para medir a violência no país. O órgão determina que as gestões consigam diminuir 5% ao ano os índices de criminalidade, somando 20% ao final de quatro anos. Em apenas dois anos, o Governo do Estado ultrapassou a meta com a redução dos índices de violência na Região Metropolitana de São Luís, entre 2015 e 2016.

“Os dados mostram a gestão estadual superando as próprias metas e cumprindo o que exige o órgão nacional”, pontuou o delegado-geral de Polícia Civil, Lawrence Melo. Ele destaca que os resultados são fruto de um trabalho planejado das polícias e que se soma às medidas estruturais executadas pelo Governo do Estado. Os esforços são reiterados para que possamos melhorar ainda mais os resultados e garantir à sociedade a segurança devida”, disse Lawrence Melo.

Os casos de homicídios chegaram a 910 no ano de 2014. O número já diminuiu no primeiro ano da gestão Flávio Dino, somando 800 casos. Em 2016, os registros foram ainda menores – 693 ocorrências. No mês de dezembro, quando são promo-

vidas as festas de fim de ano e cresce o número de eventos e pessoas nas ruas, os registros apresentaram queda gradativa nos dois anos da atual gestão. Em 2015, foram 74 casos; e em 2016, caíram para 51 – uma diminuição de 31% comparando os períodos.

No geral de CVLIs – homicídios, lesões corporais seguidas de morte e latrocínios – a queda nos registros também foi gradativa, comparando ano a ano e também no mês de dezembro. As ocorrências chegaram a 987 no ano de 2014; caíram para 912 em 2015; e, em 2016, os números significativos apontaram 742 casos. A variação, considerando 2014 e 2016 é de 25% menos ocorrências.

“Os homicídios estão na lista dos principais crimes que influem nos índices de criminalidade e a queda gradativa é resultado de ações diretas do Governo do Estado”, pontuou o delegado de Homicídios, Leonardo Diniz. Entre estas, a criação da Superintendência de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP) que qualificou ainda mais a investigação destes casos e conta com equipe exclusiva e especializada; e a aquisição da Delegacia Móvel para agilizar a solução destas ocorrências. Os investimentos aumentaram em mais de 50% o índice de resolutividade dos casos deste crime.

A gestão da Segurança Pública também alcançou resultados positivos em outras ocorrências de criminalidade. Aumentaram as armas de fogo apreendidas – em 2016, foram retiradas de circulação 753 armas – 14% mais em comparação a 2014, quando a polícia apreendeu 662 armas. Os roubos a residências diminuíram 23% no período – somaram 1.066 casos em 2014 contra 819 em 2016. Os estupros também apresentaram queda. Em 2014, foram 414; em 2015 registros de 332 ocorrências; e, em 2016, os dados caíram para 261 registros.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	09/01/2017	Página	07
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

# Cinco homicídios dolosos no fim de semana na Ilha

Dois irmãos foram mortos dentro de casa; só neste mês 18 mortes violentas já ocorreram na ilha

Cinco homicídios dolosos (quando há a intenção de matar) foram registrados na Região Metropolitana de São Luís de sábado até a tarde de ontem. No bairro Santa Bárbara, dois irmãos foram mortos.

O caso aconteceu no sábado, por volta de 16h, e foi registrado no plantão da Superintendência de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP). As vítimas foram José Renato Reis da Silva, de 31 anos de idade, e Leonardo Reis da Silva, de 24 anos.

## Morte

De acordo com o registro do Boletim de Ocorrência, a tia das vítimas relatou à polícia que os seus sobrinhos foram mortos à tiros dentro de casa.

De acordo com o relatório, Leonardo Reis encontrava-se ingerindo bebida alcoólica na área externa com amigos, quando chegaram ao local cerca de seis indivíduos com armas de fogo e desferiram vários tiros contra o grupo.

Leonardo Reis correu para dentro da casa, mas foi perseguido pelos criminosos. Dentro da casa estava José Renato Reis e, assim que os banditos o encontraram, desferiram vários tiros contra ele, que morreu no local. Em seguida, eles mataram Leonardo, com disparos na região da cabeça.

A comunicante do fato informou ainda que os criminosos deixaram a residência dizendo que pertenciam

## Um dos crimes teria ligação com facções

à facção Primeiro Comando do Maranhão (PCM). Ela disse também que os seus sobrinhos não integravam nenhuma organização criminosa. O caso está sendo investigado pela SHPP e, até o fechamento desta edição, ninguém teria sido preso.

As outras mortes registradas no

sábado até a tarde de ontem foram de Naidson Sousa Silva, de 29 anos de idade, vítima de arma de fogo na Cidade Operária; Reginaldo Mendes Sousa, de 51 anos, vítima de arma de fogo no Centro; José dos Reis Lima Barros, de idade não revelada, vítima de arma de fogo na Matinha.

O Instituto Médico Legal (IML) também registrou a morte nesse fim de semana de Moacir Rodrigues da Costa Filho, de idade não revelada, que morreu vítima de acidente de trânsito. No instituto também deu entrada o corpo de um homem procedente do município de Raposa cuja identificação e causa da morte ainda estão sendo investigadas.

Este mês, 18 mortes violentas foram registradas na Grande Ilha até a tarde de ontem, sendo 16 homicídios dolosos e duas lesões corporais seguidas de morte. Uma pessoa morreu vítima de atropelamento e outras duas a causa da morte ainda está sendo investigada. ●

# No ano passado, 3,5 toneladas de drogas foram apreendidas

Balanco é da Superintendência de Repressão ao Narcotráfico; 219 pessoas foram presas

LEANDRO SANTOS  
Da equipe de O Estado

O ano de 2016 terminou com a apreensão de 3,5 toneladas de drogas feita pela Superintendência de Repressão ao Narcotráfico (Senarc) em todo o Maranhão. Os entorpecentes apreendidos resultaram em um prejuízo de cerca de R\$8 milhões para os traficantes.

O balanço foi divulgado pelo delegado Carlos Alessandro Rodrigues, responsável pela superintendência. Ainda no ano de 2016, a Senarc efetuou a prisão de 219 pessoas e apreendeu 44 armas de fogo.

Os dados mostram ainda que, no ano passado foram erradicados 137 mil pés de maconha em plantações no interior do estado e foi feita a incineração de 2,8 toneladas de drogas.

## Positivo

O delegado Carlos Alessandro avaliou como positivo o balanço das ações no ano de 2016, tendo em vista que a superintendência tem um ano e quatro meses de existência. Ela substituiu o Departamento de Narcóticos (Denarc), que era ligado à Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic).

Uma das principais operações desenvolvidas pelo órgão em 2016 aconteceu no dia 3 de fevereiro e resultou na apreensão de 120 kg de crack no município de Estreito (distante aproximadamente 750 km de São Luís).

A atividade foi considerada a maior apreensão de crack em todo o estado e o entorpecente estava avaliado em R\$2 milhões. Durante a ação foram presos Osvaldo Baista Júnior, de 52 anos, Marlon Henrique Siritelli, de 21 anos, e Antônio Pereira da Silva, de 52 anos.

Outra operação aconteceu no dia 16 de setembro e resultou na apreensão

de cerca de 500 kg de droga, entre maconha e crack. A atividade foi na Vila Brasil e Vila Itamar, onde também foram apreendidas armas de fogo, munições e veículos.

"Fizemos o mapeamento de todas as rotas de tráfico do interior como na Região Tocantina, em Grajaú e Barra do Corda", avaliou o delegado Carlos Alessandro.

As ações foram possíveis ainda por meio do número WhatsApp da Senarc (98-991634899). Através das denúncias que chegaram por meio do aplicativo, a superintendência fez a apreensão de aproximadamente 500 kg de droga, a condução de 62 pessoas e retirou de circulação de nove armas de fogo.

Para este ano, Carlos Alessandro afirmou que pretende intensificar as ações desenvolvidas pelo órgão, trabalhar ações de prevenção em parceria com a Polícia Militar com palestras nas instituições de ensino", destacou. ●



Ações coordenadas pela Senarc resultaram em apreensão de drogas



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 08 / 01 / 2017	Página 05	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Entrevista // Vianey Bringel

# Missão de refazer Santa Inês

A nova gestora municipal revelou que sua vitória nas eleições se deu pela credibilidade que possui e também pelo desgaste de Ribamar Alves

VIVIANE PASSOS

A prefeita eleita da cidade de Santa Inês, Vianey Bringel (PSDB), é a sexta gestora entrevistada com exclusividade por O Imparcial, em continuidade à série de entrevistas com gestores eleitos no Maranhão. A ex-deputada estadual assumiu a Prefeitura de Santa Inês na última semana e admitiu ter muito trabalho pela frente. Ela foi eleita com 78,92% dos votos, derrotando Ribamar Alves (PSB), que teve 16,49% da preferência do eleitorado.

Nesse pleito, também concorreram outros três candidatos que, juntos, alcançaram apenas 4,59% dos votos. Maria Vianey

Pinheiro Bringel, médica, natural de Uruburetama, no Ceará, tem em Santa Inês a consolidação de sua vida familiar e profissional. Casada com o ex-prefeito da cidade, Robert Bringel, em 2010 ela foi eleita deputada estadual.

A vitória da tucana evidenciou o desgaste do ex-prefeito Ribamar Alves (PSB), que em 2016 chegou a ser preso por suspeita de estupro a uma jovem de 18 anos na cidade de Santa Inês. No mesmo ano, Alves permaneceu afastado da prefeitura por cerca de 20 dias, quando foi substituído pelo vice-prefeito, Edinaldo Lima, que ajuizou mandado de segurança com pedido de liminar para

assumir o cargo. Uma decisão judicial reconduziu Ribamar Alves à prefeitura, mandato exercido até o ano passado.

Durante o discurso de posse, que contou com a presença de seus familiares, equipe de governo, vereadores e os deputados estaduais Sousa Neto (PROS) e Stênio Rezende (DEM), além do deputado federal Juscelino Filho (DEM), Vianey Bringel adiantou que, em razão da "herança" recebida, o governo seria de austeridade, mas prometeu que não mediria esforços na árdua tarefa de refazer Santa Inês.

Em entrevista, Vianey ressaltou que a transição de governo

foi conturbada e que precisou de intervenção judicial obrigando-a a começar a administração do zero. Seu primeiro ato como prefeita foi executar uma limpeza em caráter de urgência no município, com o auxílio da classe empresarial que emprestou máquinas pesadas para o serviço.

Prometendo reordenar o município, a nova prefeita destacou que conduzirá a cidade com impessoalidade, legalidade, compromisso e transparência. A exemplo dos outros gestores, em tempos de crise, também ressaltou que administrará com austeridade, dando prioridade às áreas da saúde e educação.



Como se deu a campanha que a elegeu prefeita de Santa Inês?

A campanha se deu de forma tranquila, foram 45 dias que percorremos o município de casa em casa, além dos governos e vários partidos políticos, quinze, que se uniram pela reconstrução da nossa Santa Inês.

Como avalia a vitória obtida com 78,92% dos votos, concorrendo inclusive com o prefeito Ribamar Alves, que buscava a reeleição?

A porcentagem se deu pela credibilidade que a população nutre por mim e pelo serviço prestado durante anos. Também pelo intenso desgaste do ex-prefeito.

A transição de governo foi tranquila? Em que condições a senhora assumiu o município?

Embora a equipe tenha sido formada, não tivemos transição. A documentação recebida por mim é mínima e até a Justiça teve que se envolver. Praticamente estamos começando do zero e às escuras.

Tendo assumido a prefeitura há poucos dias, quais foram as primeiras medidas adotadas?

Nosso primeiro ato foi pedir auxílio à classe empresarial, que nos emprestou máquinas pesadas para fazermos a limpeza em caráter de urgência, do município.

Quais as prioridades? Em que áreas Santa Inês precisa de atenção mais urgente?

Santa Inês estava com todas as áreas praticamente abandonadas. Mas as prioridades estão para saúde e posteriormente educação.

O futuro pertence a Deus, o trabalho é árduo, mas temos uma equipe formada e com bagagem em cada setor. Então, como boa católica, planejo execuções mais concretas



Embora a equipe tenha sido formada, não tivemos transição. A documentação recebida por mim é mínima e até a Justiça teve que se envolver. Praticamente estamos começando do zero

Como administrar um município em meio à crise política e econômica que afeta o país?

Diminuir a distância entre a Prefeitura e o cidadão e administrar com transparência e atuação ativa da sociedade. Temos que administrar com austeridade e procurando seguir os princípios de uma verdadeira administração pública, com impessoalidade, legalidade, compromisso e transparência. Conto com o apoio de dois deputados estaduais mais próximos, mas sou amiga de muitos deles, pois já tive um mandato de deputada na Câmara

Legislativa Estadual. E tenho também o apoio de um deputado federal, Juscelino Filho, que além de um parceiro político, é também meu sobrinho.

Como projeta Santa Inês ao final do mandato?

Uma cidade mais organizada na sua administração e que nossa população seja melhor atendida na educação, saúde e infraestrutura. Que eles possam voltar a sorrir e ter orgulho de onde moram.

Quais são seus planos para o futuro político?

O futuro pertence a Deus, o trabalho é árduo, mas temos uma equipe formada e com bagagem em cada setor. Então, como boa católica, planejo execuções mais concretas. Com unidade, planejamento e muito trabalho, não tenho dúvida de que todo esse esforço está legando aos santai-nenses uma cidade cada vez melhor para se viver.





MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA	( ) Atos e Fatos	( ) Política (X) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia
(X) O Imparcial	( ) A tarde	
( ) Pequeno	( ) Correio de Notícias	
( ) Debate	( ) O quarto poder	( ) Outros
( ) Extra	( ) Internet / Blog	
DATA 08/01/2017	Página 02	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

## RÉVEILLON DA PENÍNSULA ..... Produtora terá que reparar danos

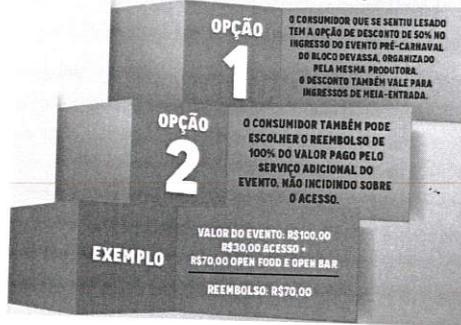
Após reclamações dos consumidores, o Instituto de Proteção e Defesa ao Consumidor do Maranhão (Procon/MA) realizou acordo com a produtora 'J Produções', promotora do evento 'Réveillon da Península'. O objetivo do acordo é assegurar o pleno direito dos consumidores e beneficiar aqueles que se sentiram lesados durante o evento.

Dessa forma, os consumidores podem escolher entre duas opções para terem seus direitos efetivados. A primeira delas é solicitar junto à produtora o reembolso integral do valor pago pelos serviços de Open food e Open bar. Vale esclarecer que esse valor não representa o preço total do ingresso, visto que inclui, também, uma quantia referente ao acesso do evento.

Supondo que o valor do ingresso custa R\$ 100,00, R\$ 30,00 se referem ao valor do acesso ao evento e R\$ 70,00 dos serviços adicionais (Open Bar e Open Food). Assim, o reembolso seria apenas de R\$ 70,00, dos serviços adicionais.

A segunda opção para o consumidor é o desconto de 50% no ingresso do evento Pré-Carnaval do Bloco Devassa, organizado pela mesma produtora. O abatimento também é válido para ingressos de meia-entrada. Em ambas as alternativas, para ter acesso ao abatimento do preço ou a restituição proporcional do valor, basta que o consumidor comprove a contratação do serviço em comento.

### ENTENDA O ACORDO COM PRODUTORA DO EVENTO RÉVEILLON DA PENÍNSULA PARA REPARAR DANOS CAUSADOS AOS CONSUMIDORES



Segundo as denúncias e vídeos que foram compartilhados na internet, o evento prometeu o serviço de 'Open Food' de salgadinhos, modalidade de festa na qual o consumidor paga uma quantia fixa por sua entrada, garantindo livre consumação das comidas oferecidas. Entretanto, a organização não cumpriu com o prometido em sua totalidade, causando demora na reposição das comidas.

### Investigação

O Procon iniciou investigação e buscou esclarecimentos junto à empresa 'J Produções', responsável pela festa, que explicou a situação relativa à falta de salgadinhos ocasionada por um curto-circuito em duas fritadeiras na área da produção, o

que acabou atrasando a reposição de salgadinhos em um dos pontos do evento e gerando insatisfação dos consumidores. Os representantes da empresa ainda alegaram que, como se tratava de uma data festiva na qual praticamente todos os

fornecedores de São Luís estavam ocupados, o problema não pôde ser resolvido com a urgência necessária. Para o presidente do Procon, Duarte Júnior, realizar o acordo é uma solução harmoniosa e que beneficia os consumidores que se sentiram lesados. "Com esse acordo, conseguimos dar uma resposta rápida e efetiva a essas reclamações trazidas pelos consumidores, bem como garantir uma plena harmonia das relações de consumo com a solução do problema. Além disso, tal medida não inibe que os consumidores ingressem com ações judiciais pleiteando indenização por danos morais e materiais", pontuou o presidente.

O presidente do Procon informa ainda que os consumidores que se sentiram lesados devem formalizar denúncia através do aplicativo Procon Maranhão ou em uma das unidades físicas de atendimento.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça  
COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	08 / 01 / 2017	Página	02
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

# Pesquisa definiu prédio da Funac

O aluguel do prédio da sede da Sinase, para instalação do Centro de Juventude da Aurora, só foi alugado, segundo a presidente da Funac, "após pesquisa de mercado"

A presidente da Fundação da Criança e do Adolescente (Funac), Elisângela Cardoso, afirmou que o aluguel do prédio para instalação do Centro de Juventude da Aurora ocorreu após pesquisa de mercado e por atender exigências do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).

"Fizemos exaustiva pesquisa, por meio de várias imobiliárias, amparados na Lei nº 9.579/2012, antes da locação do imóvel, que apresentou o melhor perfil e o menor preço, para receber a unidade de atendimento de adolescentes que cometeram atos infracionais", explicou.

Segundo a presidente da Fundação, foram sugeridos imóveis em outros bairros, mas não atenderam aos critérios exigidos. "Temos grande dificuldade em encontrar imóveis em condições de atender às especificidades estabelecidas pela Sinase, como área mínima para ampliação de espaços, acessibilidade, áreas para alojamentos, refeitório, atendimento, escolarização e outras atividades", disse.

## Aluguel do imóvel

Sobre o pagamento do aluguel, Elisângela explicou que a partir do contrato a Fundação ocupou o prédio para fazer as adaptações necessárias. "Tivemos atraso na instalação da unidade com o recebimento dos adolescentes devido à rejeição da comunidade ao Centro de Juventude. Foi um longo período de diálogo em que por várias vezes os serviços tiveram que ser paralisados porque a comunidade interditava o acesso dos trabalhadores", disse.



Tivemos atraso na instalação da unidade com o recebimento dos adolescentes devido à rejeição da comunidade ao Centro de Juventude. Foi um longo período de diálogo em que por várias vezes os serviços tiveram que ser paralisados porque a comunidade interditava o acesso dos trabalhadores

### Elisângela Cardoso,

presidente da Fundação da Criança e do Adolescente

Elisângela diz que este comportamento da população é natural em processos como esse, mas critica a utilização política do episódio. "Está claro que há personagens que querem tirar proveito político da situação

e prejudicar a política de ampliação da rede de atendimento aos adolescentes infratores desenvolvida pelo governo Flávio Dino para corrigir a superlotação existente nas outras unidades da capital", afirmou.

## ENTENDA O CASO DO ALUGUEL DO IMÓVEL

Moradores do bairro Aurora se manifestaram contra a instalação de uma unidade da Fundação da Criança e do Adolescente (Funac) na região. O imóvel, alugado para servir de abrigo aos adolescentes infratores, pertence a um membro do PCdoB. O Governo do Maranhão assinou o contrato de aluguel no valor mensal de R\$ 12 mil, com dispensa de licitação. O imóvel pertence a Jean Carlos Oliveira, que assinou ficha de filiação ao PCdoB em 2013.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	( ) Atos e Fatos	( ) Política	( ) Cidades / Vida
( ) O Imparcial	( ) A tarde	<input checked="" type="checkbox"/> Geral	( ) Polícia
( ) Pequeno	( ) Correio de Notícias	( ) Outros	
( ) Debate	( ) O quarto poder		
( ) Extra	( ) Internet / Blog		
DATA 7 e 8 / 01 / 2017	Página 05	( ) Gerada	( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

# Lançado plano de segurança em meio à crise no sistema prisional

No Palácio do Planalto, o ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, apresentou plano que prevê centros de inteligência da polícia nas capitais, forças-tarefa do Ministério Público para investigar homicídios e combate ao tráfico nas fronteiras

BRASÍLIA

Em meio à crise no sistema prisional do país, o Governo Federal lançou na sexta-feira, 6, em cerimônia no Palácio do Planalto, um plano nacional de segurança com medidas para combater o crime no país. Entre as ações previstas no plano e apresentadas pelo ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, estão a implantação de centros de inteligência integrados das polícias nas capitais, a criação de forças-tarefa no Ministério Público para investigações de homicídios e o fortalecimento do combate ao tráfico de armas e drogas nas fronteiras.

Moraes afirmou que o plano foi elaborado pela área de segurança do governo ao longo dos últimos sete meses. O anúncio, no entanto, coincidiu com uma semana em que houve dois massacres durante rebeliões em presídios na região Norte do país.

O primeiro deles, na madrugada do domingo, 1º, para segunda-feira, 2, ocorreu no presídio Anísio Jobim, em Manaus, e vitimou 56 presos. O segundo foi registrado na madrugada da sexta, 6, no presídio agrícola de Monte Cristo, o maior de Roraima. Os meios 33 mortes foram confirmadas.

Segundo o ministro da Justiça, o plano nacional de segurança vai ter três pontos prioritários: redução dos crimes de homicídios, feminicídio e violência contra a mulher; combate ao crime organizado, com foco no tráfico de drogas e de armas; modernização e racionalização de presídios.

Ele disse ainda que todo o plano está contemplado com recursos do Orçamento. Outras ações, que não têm verba no Orçamento, "ficam para depois", segundo Moraes. Ele afirmou que o plano será "realista".

Ele não detalhou quanto será gasto com as ações do programa. Questionado por jornalistas, o ministro também não deu prazos para a maioria dos pontos do plano entrarem em prática.

Segundo o ministro, a meta do governo é obter uma redução anual de 7,5% na quantidade de homicídios dolosos nas capitais em 2017 e o mesmo percentual em 2018 nas cidades limítrofes, que englobam 209 municípios.

Ele também afirmou que o governo espera reduzir a superlotação em carcerária em 15% em 2018. Em relação ao crime organizado, a expectativa é aumentar em 10% a quantidade de armas e drogas apreendidas em 2017 e em de 15% em 2018. As ações anunciadas pelo governo no plano nacional de segurança são as seguintes:

**Forças-tarefa do MP**

O ministro da Justiça disse que, no combate a homicídios e à violência

contra a mulher, o plano vai se concentrar em prevenção, investigações, inteligência, e integração entre Ministério Público e Judiciário.

Na prevenção, o governo vai investir na capacitação policial, principalmente para aprimorar a abordagem dos agentes e estreitar a aproximação da corporação com a sociedade. Moraes considerou "muito importante" a interação entre promotores e juízes.

A ideia do governo, nesse ponto, é envolver tribunais e promotorias a priorizar os processos criminais relativos a homicídios e feminicídios, com medidas administrativas, como cessão de mais funcionários, informatização das varas e criação de departamentos específicos.

Moraes disse que já conversou com membros do MP sobre o assunto e propôs a criação de "forças-tarefa" para atuar nos casos. A ideia é separar procuradores que já atuam em tribunais de júri para acompanhar mais de perto os processos relacionados a homicídios.

As investigações serão focadas, segundo Moraes, nas regiões limítrofes entre as capitais e municípios em rede, nas regiões metropolitanas. Segundo ele, esses lugares somam 209 municípios, que, junto às capitais, concentram 54% dos homicídios do país.

## O plano terá três pontos prioritários

## Documento prevê normas mais rígidas

### Centros de inteligência

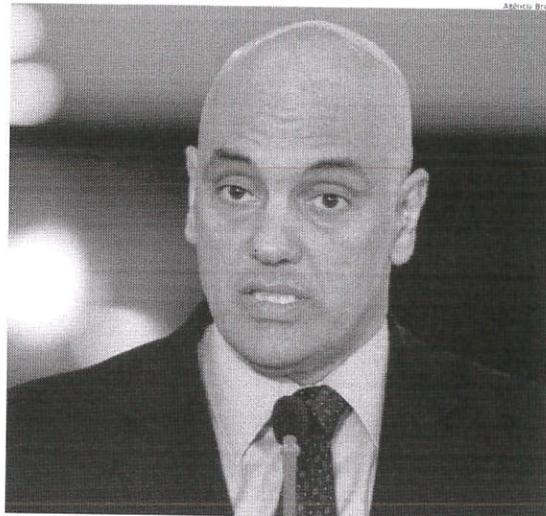
O plano nacional de segurança elaborado pelo Governo Federal prevê a instalação de núcleos de inteligência que reunirá forças policiais e de investigação nos 26 estados e no Distrito Federal, de acordo com o ministro da Justiça.

Segundo o ministro, os núcleos vão contar com a participação conjunta da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Federal, das polícias Militar e Civil dos estados, da Abin e de agentes penitenciários. O objetivo é integrar as forças e agilizar a circulação e a troca constante de informações entre as autoridades.

Moraes afirmou ainda que o governo pretende aproveitar os centros integrados de comando e controle que foram instalados em cidades que receberam jogos da Copa do Mundo e da Olimpíada.

### "Patrulha Maria da Penha"

O ministro anunciou a instalação de grupos de "Patrulha Maria da Penha", que deverão fazer visitas periódicas a mulheres em situação de violência



O ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, detalhou o plano nacional de segurança no Palácio do Planalto

doméstica, e a promoção de cursos de capacitação profissional. Um dos objetivos é combater a chamada "retirada" da quova da vítima contra o agressor por medo e falta de meios de se manter.

Moraes disse que haverá ainda uma análise junto aos Ministérios Públicos estaduais para checar a viabilidade da criação de "Grupos de Atuação Especial" para homicídios dolosos e feminicídios. Eles seriam compostos, entre outros, por promotores de Justiça com atuação nos tribunais de júri.

### Foco na prevenção

O combate aos homicídios dolosos, feminicídios e à violência contra a mulher, segundo o ministro, valorizará a prevenção por meio da capacitação dos agentes envolvidos, a aproximação da polícia com a sociedade, a "inserção e proteção social", além da otimização de medidas administrativas.

Quanto às medidas administrativas, o ministro da Justiça anunciou

a criação de um "fluxo de comunicação" entre os órgãos de segurança e municipais com presença nas centes de inteligência. Outras linhas de ação serão verificar lugares com iluminação ruim, verificar veículos abandonados, fiscalizar estabelecimentos irregulares e a venda indiscriminada de bebida alcoólica para combater "brigas de bar".

O plano também prevê implementar normas mais rígidas na guarda e no depósito de armas de fogo de empresas de segurança privadas.

### Mapeamento de homicídios

O ministro anunciou que o governo fará um mapeamento dos locais onde ocorrem homicídios, que começará pelas capitais e depois será expandido para as regiões metropolitanas. O mapeamento tomara como base o censo de 2014 e será analisado pela Fvivo com os estados. O objetivo é ter um levantamento das áreas mais vulneráveis nas cidades.

O mapeamento, segundo o mi-

nistro, começará por Natal, Porto Alegre e Aracaju. Segundo ele, Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte tiveram problemas com presídios antes das ocorrências registradas nesta semana e Sergipe preocupa pelo elevado índice de homicídios.

De acordo com o ministro, enquanto não houver possibilidade de se instalar câmeras de segurança (que necessitam de licitação) nos locais de maior ocorrência de homicídios e violência contra a mulher, haverá um monitoramento feito por unidades móveis – ônibus com câmeras e computadores instalados ao centro de inteligência.

### Presos provisórios

Segundo o ministro da Justiça, a racionalização do sistema penitenciário, um dos três principais objetivos do plano, passará pela separação dos presos condenados por crimes graves e do crime organizado em diferentes alas; a priorização da progressão do regime, com mais benefícios, aos crimes praticados sem violência e a necessidade de cumprimento de pelo menos metade da pena no caso de ameaças graves, além de um monitoramento em execução da pena.

A situação dos presos provisórios também deve ser revista. O governo federal explicou Moraes, vai sugerir a criação de uma força-tarefa nacional com as defensorias públicas e análise junto ao Judiciário a realização de um mutirão de audiências de custódia para presos provisórios por crimes sem violência

## Atualização de dados da população carcerária

Alexandre Moraes explicou que outra frente de trabalho será a disponibilização on line para diversas esferas do governo de dados da população carcerária brasileira. Os três primeiros módulos deverão estar prontos dentro de seis meses.

O primeiro visa coletar e atualizar informações de estabelecimentos prisionais com dados sobre vagas gerais, por regime, por gênero, instalações de saúde e de educação, entre outros.

O segundo módulo buscará obter informações pessoais de preso como dados pessoais e criminais, incluindo o seu ingresso no sistema prisional. O terceiro, informações processuais relativas ao processo criminal do preso com uma interface junto aos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Outros três módulos deverão começar a ser instalados em dezembro de 2017 e focarão na gestão prisional e em inteligência, segundo o ministro.

### Construção de presídios

O ministro afirmou que o presidente Michel Temer liberou R\$ 200 milhões para construção de cinco presídios federais, um em cada região do país. A localização de cada um deverá ser definida até o final do mês. Outros R\$ 230 milhões serão investidos em equipamentos de segurança para presídios estaduais.

Além do R\$ 1,2 bilhão já depositados na semana passada na conta dos estados, o governo deverá liberar mais R\$ 1,2 bilhão até o final do ano, disse Moraes. O depósito dependerá da apresentação de projetos por cada estado. Outra contrapartida dos estados para os investimentos será a separação dos presos pelo grau de periculosidade.

### Combate ao tráfico

O combate ao crime organizado terá como foco o tráfico internacional de drogas e de armas, segundo o ministro. Serão três eixos previstos no plano: atuação conjunta com países vizinhos (fronteiras); inteligência e informação e operações nas fronteiras; proteção e atuação conjunta com as polícias estaduais.

Segundo Moraes, uma das ideias é criar normas gerais, aplicadas a países parceiros do Mercosul, por exemplo, para tornar mais rígido o controle de armas que atravessam as fronteiras. O ministro disse que já há uma "boa vontade geral" dos países para criação dessas regras. ●

## MAIS

### Força Nacional terá efetivo ampliado

Em relação à Força Nacional, o Governo Federal pretende ampliar de forma gradativa o efetivo da corporação para realizar mais operações conjuntas com as polícias federal, rodoviária federal e estaduais. Quanto à Polícia Rodoviária Federal (PRF), deverá haver acordos de cooperação com as polícias militares rodoviárias para otimizar a fiscalização em rodovias e principais rotas viárias brasileiras.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA <b>7 e 8 / 01 / 2017</b>	Página <b>03</b>	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

## Comunidade da Aurora segue mobilizada contra a Funac

Protestos contrários à unidade de ressocialização começaram na quarta-feira, dia 4, com interdições na principal via que corta o bairro; população se mantém indignada

A comunidade do bairro Aurora segue mobilizada em protesto contra a instalação da unidade de ressocialização da Fundação da Criança e do Adolescente (Funac), proposta pelo Governo do Maranhão, no bairro. De acordo com os moradores, os protestos em frente ao prédio onde já está funcionando a unidade seguirão até que seja revista a decisão do Poder Executivo Estadual.

Representantes do bairro estão desde quarta-feira, 4, com cartazes afixados nas portas de suas casas, com discursos críticos ao Governo e questionando a instalação da unidade da Funac. Na tarde de sexta-feira, 6, para intensificar a mobilização, moradores instalaram tendas nos arredores do novo prédio. Eles também fecharam, com pedaços de madeira e pedras, a Rua Frei Hermenegildo, principal via que corta a Aurora.

Segundo os moradores, desde quarta-feira, 4, pelo menos sete internos haviam sido transferidos para a nova unidade. De acordo



Depois de um ano fechada, casa que abriga unidade da Funac recebe pintura no muro e reparos internos

com eles, os adolescentes infratores seriam do Centro de Juventude Canaã, no bairro Vinhais. Até o fechamento desta edição, o Governo do Estado não havia confirmado esta informação.

De acordo com o morador do

bairro Aurora e uma das lideranças do movimento de protesto contra a instalação da unidade de ressocialização, Itaimundo Costa, a comunidade deve manter os protestos durante o fim de semana. "Não arredamos o pé, diante desta ne-

cessidade sem sentido e sem o apoio da comunidade. É preciso lutar contra esta arbitrariedade", disse.

Já o presidente da União dos Moradores da Aurora, Mário da Silva Lopes, disse que jamais pensou em lidar com a presença de uma

unidade da Funac no bairro em que reside. "A gente nunca pensou que fosse passar por uma situação como esta. Eu, que já moro aqui há tanto tempo, não pensei que teria um tormento deste, ainda mais no fim da vida", disse.

### Policiamento

Na sexta-feira, 6, o policiamento na entrada da unidade de ressocialização da Aurora era feito com grande contingente.

Pelo menos 30 homens estavam nos arredores do prédio. O 9º Batalhão da Polícia Militar (BPM) e o responsável pela segurança na área. Nenhum confronto com a população foi registrado.

### Pintura

Do lado de fora, operários trabalhavam na pintura do muro principal da unidade. Na parte interna, segundo informações de funcionários do local, que não quiseram ser identificados, as obras de reedificação do prédio prosseguiram normalmente.

Até o momento, o Governo do Maranhão não informou quem é o responsável pela reforma do prédio que abriga a nova unidade e não há nenhuma placa de reforma no local.

### Encontro

Uma das moradoras mais indignadas com a instalação da Funac na Aurora era a missionária Lillian Raquel Garês. Ela informou a O Estado que, no dia 21 de dezembro

do ano passado, uma comissão de moradores se encontrou com o governador do Maranhão, Flávio Dino.

Na ocasião, o governador teria confirmado que pretendia instalar a nova unidade de ressocialização no bairro. A Assessoria de Governo do Maranhão não confirmou se houve, de fato, o encontro. Desde então, não houve novo encontro entre o Governo e a comunidade para tratar sobre o tema.

### Decisão judicial

Na quinta-feira, 5, a defesa da comunidade da Aurora protocolou uma Ação Civil Pública em que solicitava a revisão da decisão do Governo em instalar a unidade de ressocialização no bairro Aurora. De acordo com a defesa, o local traz "claros riscos", especialmente pela presença de adolescentes com passagens pela polícia.

Ainda segundo a defesa, a decisão sobre a permanência ou não da unidade no bairro deverá ser expedida na próxima segunda-feira, 9.

Até o fechamento desta edição, o Governo do Maranhão não se pronunciou sobre os apelos da comunidade que questiona a instalação da unidade de ressocialização na Aurora. ■

VÍDEO NA  
VERSÃO DIGITAL  
estadoma.com



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 07/08/01 / 2017	Página 06	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

# Déficit no sistema carcerário maranhense é de 6.549 vagas

Números divulgados pelo TJ-MA mostram superlotação nas unidades prisionais e a existência de presos cumprindo pena em delegacias; situação mais crítica é na UPR 2, com 739 presos para apenas 400 vagas

LEANDRO SANTOS  
Da editoria de Polícia

O déficit de vagas no sistema carcerário maranhense é de 6.549, conforme mostram os dados mais recentes divulgados pela Unidade de Monitoramento Carcerário (UMF) do Tribunal de Justiça do Maranhão. De acordo com as estatísticas mais atuais, existem 12.082 detentos no estado, com apenas 5.533 vagas para comportar esse contingente.

A superlotação nas unidades prisionais é um problema antigo, que ainda carece de uma solução definitiva para resolvê-lo. Um reflexo dessa situação é a má acomodação dos presos dentro das celas e as brigas entre integrantes de facções rivais, que muitas vezes deixam mortos nas unidades.

## Estatísticas

Ao todo, a quantidade de presos no Maranhão, de acordo com a UMF, é de 12.082, somando os detentos que estão em unidades prisionais (9.257) e aqueles que cumprem pena em regime aberto (2.825).

Desses 12.082 presos do Maranhão, 7.075 são condenados pela justiça, e estão cumprindo pena nos regimes aberto, semiaberto e fechado, enquanto que 5.007 são presos provisórios, ou seja, aqueles que ainda aguardam um julgamento.

As estatísticas mostram também que 4.124 presos estão em unidades prisionais na capital maranhense e 3.727 estão localizados no interior do estado. Além disso, 276 presos estão nas Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (Apacs), 2.825 cumprem pena em regime aberto e 1.130 estão em delegacias de polícia, o que não é permitido.

## São Luís

Na capital maranhense, existem 13 unidades prisionais (Unidade Prisional de Ressocialização - UPR - 1, 2, 3, 4, 5 e 6; as UPRs Femininas



Complexo Penitenciário de Pedrinhas que abriga uma população carcerária superior ao número de vagas

do Monte Castelo, Olho d'Água e Anil; o Centro de Triagem; a Penitenciária Regional de São Luís, e a Casa de Assistência ao Albergado e Egresso - Caee). Somando todas essas unidades, existem 4.124 presos. No entanto, a quantidade de vagas é de 2.789. Ou seja, um déficit de 1.335 vagas.

Ainda na capital maranhense, 2.065 são presos provisórios. Além disso, há 2.059 sentenciados, dos quais 1.112 estão em regime fechado; 775 em regime semiaberto, e 172 em regime aberto.

De todas as unidades prisionais da cidade, a que se encontra em pior situação em termos de superlotação é a UPR 2 (antiga Casa de Detenção - Cadeit). No local, estão 739 presos para apenas 400 vagas. A maioria dessa população carcerária na unidade é formada por presos provisórios, ou seja, os que ainda aguardam julgamento, que é de 445. Outros 224 estão cumprindo a pena em regime fechado e 70, em regime semiaberto.

Já no interior do estado, a UPR de Timon é a que apresenta a pior situação em termos de falta de vagas. Existem 477 presos para apenas 168 vagas. São 198 presos provisórios, 163 cumprindo a pena em regime fechado e 116 em regime semiaberto.

## Delegacia

O relatório do Tribunal de Justiça também mostra a situação dos presos que estão em delegacias, o que não é permitido. Atualmente existem 1.130 presos cumprindo penas nesses estabelecimentos, dos quais 190 são provisórios e 940 já foram condenados pela justiça.

A 8ª Delegacia Regional de Zé Doca é responsável por 19 delegacias e dessas 11 estão com detentos (Amapá do Maranhão, Boa Vista do Gurupi, Cândido Mendes, Carutapera, Centro Novo, Godofredo Viana, Junco do Maranhão, Luís Domingues, Governador Nunes Freire, Santa Luzia do Paraú e Zé Doca), totalizando 197 detentos.

Já a 5ª Delegacia Regional de Pinheiro é responsável por 22 distritos policiais, dos quais 11 (Alcântara, Apicum-Açu, Bacuri, Cururupu, Guimarães, Mirinzal, Peri Mirim, Pinheiro, Santa Helena, São Bento e Turiaçu) estão com presos, totalizando 192 detentos.

## População

Desde o ano de 2013, a população carcerária maranhense vem aumentando. Em 2013, eram 5.564 e, no ano seguinte, esse número saltou para 6.538. Já em 2015, de acordo com os dados do TJ-MA, a quantidade de presos no estado era de 7.973.

Ainda em 2015, a taxa de encarceramento foi de 115,5%. Isso implica dizer que, naquele ano, quando a população maranhense era de 6.904.241, conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para cada 100 mil habitantes havia 115 preso nas unidades prisionais.

## NÚMEROS

### 12.082

É a população carcerária do Maranhão, dividida em 4.124 em São Luís, 3.727 no interior, 276 nas Apacs, 1.130 em delegacias e 2.825 em regime aberto

### 5.533

Vagas existem no sistema carcerário maranhense, sendo 2.789 nas unidades prisionais de São Luís, 2.316 vagas nas unidades prisionais no interior e 428 nas Apacs

### 4.124

Presos estão em São Luís para 2.789 vagas; são 2.065 presos provisórios, 1.112 no regime fechado, 775 no regime semiaberto e 172 no regime aberto

### 3.727

Presos estão no interior para 2.316 vagas; são 2.002 presos provisórios, 1.078 presos no regime fechado, 627 presos no regime semiaberto e 20 no regime aberto

### 1.130

Presos estão em delegacias no interior, sendo 940 provisórios e 190 são condenados, segundo dados divulgados pelo Tribunal de Justiça do Maranhão

## Para SMDH, superlotação em Pedrinhas é preocupante

Na avaliação do assessor jurídico da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), Antônio Pedrosa, a superlotação do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís, é preocupante. Segundo ele, a situação se reflete principalmente na segurança pública de todo o estado. Como exemplo, ele citou os últimos ataques registrados contra ônibus do sistema de transporte coletivo da cidade no ano passado, cujas ordens vieram de dentro de Pedrinhas. "É uma situação preocupante, principalmente para nós, que estamos aqui fora", disse.

A superlotação do complexo já foi constatada durante vistorias realizadas dentro das unidades prisionais. Segundo ele, a situação melhorou, no que diz respeito, por exemplo, à existência de presos provisórios nas celas, mas ainda é necessária atenção, principalmente com relação à infraestrutura das unidades causada pela grande quantidade de presos.

"As unidades ainda estão superlotadas. As celas são verdadeiras poeiras na maior parte das unidades prisionais" frisou. Ainda em sua avaliação, a superlotação contribui para dificultar o processo de ressocialização do detento.

Para ele, também é necessária a abertura de novas vagas dentro do sistema penitenciário e mais celeridade no julgamento dos processos dos detentos para diminuir a quantidade de presos provisórios dentro das unidades em São Luís e no interior.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça  
COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	( ) Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia
( ) O Imparcial	( ) A tarde		
( ) Pequeno	( ) Correio de Notícias		
( ) Debate	( ) O quarto poder	( ) Outros	
( ) Extra	( ) Internet / Blog		
DATA 7 e 8 / 01 / 2017	Página 02	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa	

# Caldas Furtado quer modernizar TCE e agilizar apreciação de contas

Presidente eleito em dezembro do ano passado é servidor público de carreira do TCE e o primeiro concursado a chegar ao comando do tribunal; ele comandará a Corte de Contas maranhense durante o biênio 2017/2018

RONALDO ROCHA  
Da editoria de Política

O presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE) do Maranhão, conselheiro José Ribamar Caldas Furtado, afirmou a O Estado, em entrevista exclusiva, que pretende modernizar o tribunal e agilizar a tramitação e apreciação de processos.

Eleito em dezembro do ano passado para o biênio 2017/2018, Furtado apresentou um Plano de Ação que integra cerca de 30 projetos.

Os projetos têm por objetivo, entre outros, motivar todo o quadro funcional do TCE para ações proativas; valorizar o servidor público; buscar relação institucional do órgão com o Poder Judiciário, os demais poderes constituídos e todos os agentes que atuam no controle e fiscalização da gestão pública; aproximar o tribunal da sociedade e dar celeridade à tramitação de processos.



Conselheiro Caldas Furtado tem projetos para fortalecer e modernizar o tribunal em sua gestão no TCE

## Presidente quer TCE ocupado com questões fortes

## Tribunal vai se aproximar da sociedade

O presidente da Corte de Contas revelou que tem buscado modelos de ações já utilizados por outros tribunais de contas do país. Ele também revelou que os próprios servidores quem ficarão responsáveis pelos projetos em execução.

"Para cada projeto temos um líder.

“Ao contrário do que se possa imaginar, nossa meta é diminuir o número de contas desaprovadas. Se chegarmos a tempo na gestão pública, dá para corrigir as falhas”

CALDAS FURTADO  
Presidente do TCE-MA

“É esse líder eu digo que é a autoridade em relação aquele projeto. Nós designamos um auditor para ser o articulador de todos esses projetos - que se entrelaçam -, mas temos um responsável direto por cada ação. Esse líder tem um objetivo a alcançar, precisa mostrar as estratégias, estabelecer prazos e apresentar os resultados”, disse.

### Ação continuada

Caldas Furtado afirmou que uma das ações, especificamente, tem por objetivo dar celeridade aos processos de contas. “A celeridade envolve muitas ações. Primeiro temos de segregar os processos. Dar um tratamento diferenciado para os processos que estão no tribunal há mais de 10 anos,

por exemplo, para aqueles que estão tramitando no tribunal e para aqueles que chegaram, mas que ainda não começaram a tramitar. Vamos trabalhar matriz de risco, a partir da criação de um setor de informações estratégicas; vamos estimular o controle social pela transparência; dar prioridade para denúncias e representações e vamos fazer as inspeções e auditorias no decorrer do exercício financeiro”, disse.

“Então, pretendemos que o gestor que não tiver fato relevante e não cair em nenhuma dessas ‘malhas’, por assim dizer, possa ter suas contas aprovadas no primeiro momento, de forma que possamos gastar energia com as questões mais complicadas”, enfatizou.

## PRIMEIRO CASO

### Conselheiro é de carreira no TCE

O conselheiro José Ribamar Caldas Furtado foi eleito presidente do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE-MA) por unanimidade, em dezembro do ano passado. Ele tem 56 anos de idade e é o primeiro conselheiro egresso do quadro técnico de servidores do tribunal que conseguiu chegar ao comando da Mesa Diretora. Ele assumiu o cargo de auditor substituto em 1988, por meio de concurso público. Em 2002 assumiu a condição de conselheiro de contas por merecimento.

### Reforma

Para implementar a ação, segundo Caldas Furtado, é necessário, contudo, que haja uma reforma da Lei Orgânica do Tribunal de Contas. Ele afirmou que o colegiado já começou a discutir o tema, e depois de elaborado o projeto de lei, encaminhará para a Assembleia Legislativa.

“Há hoje um emaranhado de recursos, o que está deixando o processo de contas completamente travado”, salientou. O presidente do TCE informou que um processo de contas de gestão pode chegar ao plenário seis vezes e um processo de contas de governo pode chegar até quatro vezes ao plenário. Por isso o engessamento na tramitação.

## Furtado quer diálogo com o Poder Judiciário

O presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE) do Maranhão, José Ribamar Caldas Furtado, afirmou a O Estado que vai buscar diálogo institucional com o Poder Judiciário.

O objetivo, segundo Furtado, é corrigir eventuais falhas do Tribunal de Contas, em processos que em seguida sofrem intervenção da Justiça Estadual.

“Existe uma ação direcionada a uma interlocução com o Poder Judiciário. O estado do Maranhão é onde há o maior índice de decisões [da Corte de Contas] anuladas ou suspensas [pela Justiça]. Essa é uma questão que nós precisamos discutir e verificar onde está o gargalo. Se for no procedimento do TCE, o TCE corrige. O que não pode é um órgão estatal, pago pelo contribuinte, apresentar um produto e o outro órgão, que também é pago pelo contribuinte, desconstituir”, explicou.

### Ponto de vista

Furtado afirmou que a Corte de Contas está disposta a corrigir o aspecto em que o Tribunal de Contas está falhando, tomando como base o ponto de vista do Poder Judiciário.

“Estamos abrindo o diálogo. Já fizemos contato com a corregedoria do Tribunal de Justiça para que possamos discutir”, finalizou. ●